

## CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO PARA A INCLUSÃO ESCOLAR: A IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS<sup>1</sup>

Mary Cristina Olimpio PINHEIRO<sup>2</sup>,  
Aline Maira da SILVA<sup>3</sup>

**Resumo:** Frente a presença do aluno com deficiência na escola regular, tem-se a necessidade de buscar formas para garantir que o mesmo tenha condições de participar e se desenvolver plenamente. Este ensaio teórico tem por objetivo discorrer sobre como a Análise do Comportamento pode contribuir com a inclusão escolar, principalmente no que diz respeito à importância do estabelecimento de melhores relações interpessoais entre os alunos. Segundo a Análise do Comportamento, ao nos debruçarmos sobre o ambiente escolar, devemos analisar as variáveis presentes em sala de aula, procurando desenvolver e mediar ações efetivas para cada contexto. Em vista disso, é importante analisar as contingências que emergem no ambiente escolar, buscando entender as variáveis que influenciam as relações interpessoais entre os alunos para, a partir disso, planejar ações educacionais e organizar a sala de aula visando a ocorrência de trocas sociais que aprimorem o comportamento social dos alunos com e sem deficiência, propiciando que ambos possam enfrentar de modo mais eficaz os desafios da vida em sociedade.

**Palavras-Chave:** Educação Especial. Relações sociais entre alunos. Deficiência.

## CONTRIBUTIONS OF THE BEHAVIORAL ANALYSIS TO SCHOOL INCLUSION: THE IMPORTANCE OF INTERPERSONAL RELATIONSHIPS

**Abstract:** Dealing with the presence of students with disabilities in regular school, there is a need to find ways to ensure that the student is able to participate and fully develop. This theoretical essay aims to discuss how

<sup>1</sup> O presente ensaio é parte da Dissertação de Mestrado intitulada *Caracterização das relações interpessoais entre alunos com deficiência intelectual e seus pares em sala de aula* (PINHEIRO, 2017), defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGEdu/UFGD). Apoio Financeiro: Fundect.

<sup>2</sup> Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGEdu/UFGD) e psicóloga formada pelo Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados. *E-mail:* mary.c.pinheiro@hotmail.com

<sup>3</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGEdu/UFGD). Doutora e mestre em Educação Especial pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (PPGEEs/UFSCar). Psicóloga formada pelo Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos. *E-mail:* alinesilva@ufgd.edu.br

Behavior Analysis can contribute to school inclusion, mainly about the importance of establishing better interpersonal relationships between students. According to the Behavior Analysis, when we dedicate ourselves over the school environment, we must analyze the variables present in the classroom, trying to develop and mediate effective actions for each context. Therefore, it is important to analyze the contingencies that emerge in the school environment, searching for understand the variables that influence the interpersonal relations between the students, from this, to plan educational actions and to organize the classroom aiming the occurrence of social exchanges that improve the social behavior of the students with and without disabilities, enabling them both to face more effectively the challenges of life in society.

**Keywords:** Special Education; Social relations among students; Disabilities.

## 1 Introdução

Apesar da literatura da área (MARCHESI; MARTÍN, 1996; KARAGIANNIS; STAINBACK; STAINBACK, 1999; MENDES, 2006; SALEND, 2008) apontar benefícios proporcionados pela inclusão escolar aos alunos com e sem deficiência, professores, familiares e comunidade de forma geral, ainda é possível observar obstáculos para que tal processo seja efetivado de maneira bem-sucedida. Por exemplo, muitos alunos com deficiência matriculados na rede regular ainda vivenciam situações de preconceito que prejudicam seu desenvolvimento e dificultam sua aprendizagem.

Para Matos e Mendes (2014), as escolas são por natureza um espaço contraditório, pois ainda existem práticas de discriminação, principalmente voltadas aos alunos com deficiências, o que contraria a determinação de documentos oficiais sobre a inclusão escolar. Para as autoras, é essencial discutir sobre as condições necessárias para que os alunos com deficiência sejam escolarizados nas classes comuns das escolas regulares, partindo de suas necessidades específicas e das características de cada contexto.

Avanços no que diz respeito à inclusão escolar requerem um processo de mudança e adequação de um novo modelo de atendimento que se constitui por meio de ações interdependentes que possam se efetivar e perpetuar, gerando assim mudanças culturais em longo prazo (GUSMÃO; MARTINS; LUNA, 2011).

Em vista do exposto, o presente ensaio tem como objetivo discorrer sobre como a Análise do Comportamento pode contribuir com o processo de inclusão escolar, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de melhores relações interpessoais entre os alunos.

De modo geral, ao planejar técnicas e manejos voltados para a inclusão escolar, o foco é exclusivamente a deficiência. De fato, as deficiências geram especificidades físicas e metodológicas que precisam ser implementadas para atender as necessidades desse aluno. No entanto, muitos alunos que não têm

nenhum tipo de deficiência também necessitam de meios diversificados para que possam participar e aprender na escola.

Frente a essa realidade, propõe-se a seguinte questão: como seria possível pensar em uma perspectiva de transformação total de nossa cultura escolar? Alguns autores (BIJOU, 2012; GUSMÃO; MARTINS; LUNA, 2011; SKINNER, 1972; SKINNER, 2003; SCHIMIDT; DE SOUZA, 2008; ZANOTTO, 2004) defendem que, por meio da perspectiva da Análise do Comportamento, é possível desenvolver técnicas adequadas, de acordo com as especificidades de cada ambiente, para melhor incluir todos os alunos na escola, independentemente da existência da deficiência.

Segundo Gusmão, Martins e Luna (2011), para que a inclusão escolar seja uma prática cultural acessível a todos, são necessárias análises sobre os efeitos dos comportamentos das pessoas ligadas à Educação, tanto as que se beneficiam do serviço quanto as que trabalham na área.

[...] é possível partir da análise das contingências entrelaçadas presentes no processo ensino-aprendizagem e dos efeitos das relações entre os sujeitos sobre o grupo, selecionando comportamentos que sejam condizentes com o princípio inclusivo e que resultem na aprendizagem. Essas contingências comportamentais entrelaçadas podem tornar-se um padrão de comportamento que, pelas suas consequências reforçadoras, repete-se através do tempo provocando mudanças culturais (GUSMÃO; MARTINS; LUNA, 2011, p. 70).

A contingência é explicada por uma relação entre três termos: estímulo, resposta e reforço. Ela constitui a base do comportamento operante, em que há um processo de fortalecimento da resposta, por meio do reforço, o que faz com que a resposta seja mais provável de ocorrer novamente em situações futuras semelhantes (SKINNER, 2003).

Para Schmidt e de Souza (2008) o sucesso do processo de inclusão escolar depende da mudança de contingências que regem a prática atual. Dessa forma, para gerar mudança e melhora na prática da inclusão escolar, devem ser realizados estudos sobre as variadas contingências relacionadas com esse processo; analisando assim a legislação, os órgãos públicos que regem as escolas, organização das mesmas, as práticas pedagógicas e também as relações interpessoais que se estabelecem no ambiente escolar.

A partir da perspectiva de que é necessária uma observação de todos os fatores, para posterior mudança das contingências presentes no processo de inclusão escolar atual, seria interessante destacar a importância de maiores análises de como estão se desenvolvendo as relações interpessoais entre alunos com deficiências e seus pares em sala de aula. Ou seja, como estão se estabelecendo as relações que são agentes de transformação da cultura atual da inclusão escolar, como as relações entre os alunos e entre os alunos e seus professores.

Segundo Skinner (2003), o comportamento social pode ser definido como o comportamento de duas pessoas ou mais em relação a um ambiente

comum ou em relação à outra pessoa. Segundo o autor, um organismo é sempre importante para o outro como parte de seu ambiente, por isso surge o comportamento social.

Del Prette e Del Prette (2005) concordam que o estabelecimento de relações interpessoais é uma das principais tarefas para o desenvolvimento das crianças, uma vez que é a partir dessas relações que se ampliam e aprimoram uma série de comportamentos sociais, assim como se aprende como é o funcionamento da vida em sociedade.

No que diz respeito às relações interpessoais que se estabelecem no contexto escolar, Batista e Enumo (2004) apontam que os estudantes que são rejeitados socialmente apresentam mais comportamentos de agressão, rejeição e de ignorar seus colegas, do que os alunos considerados mais aceitos socialmente. Dessa forma, alunos com deficiências mais severas acabam tendo menor chance de desenvolver repertórios de boa competência social, o que dificulta com que os mesmos façam amizades e se sintam parte do ambiente escolar.

Estudos sobre as relações interpessoais estabelecidas entre os alunos no ambiente escolar podem contribuir para o planejamento de intervenções envolvendo mudanças de comportamentos, a fim de proporcionar maior promoção de habilidades sociais e acadêmicas, favorecendo consequentemente a inclusão escolar. Para isso, é necessário que se conheça o ambiente escolar específico no qual a criança com deficiência está inserida, suas necessidades físicas, acadêmicas e sociais.

## 2 Desenvolvimento

A partir do estudo do comportamento humano, amplos são os meios pelos quais a Análise do Comportamento pode contribuir com a área da Educação. Por exemplo, é possível citar: estudos que auxiliam o entendimento dos processos de ensino-aprendizagem; métodos que auxiliam a prática pedagógica; investigações acerca das interações estabelecidas entre aluno/professor ou aluno/aluno, entre outras contribuições.

A Análise do Comportamento entende o comportamento como uma inter-relação entre organismo e ambiente, ou seja, um processo no qual ambos se modificam.

Ao definir comportamento como interação, alguns autores confundem o fato de que organismos se comportam em algum ambiente (não há comportamento no vácuo) - é um processo, ocorre no tempo e no espaço - com as interações nas quais esse comportamento é afetado por suas consequências (alterações no ambiente) (TODOROV, 2012, p. 34-35).

O comportamento é entendido pela Análise do Comportamento por meio das variáveis encontradas na história ambiental do indivíduo e em seu ambiente imediato. Os eventos que afetam um organismo devem ter a capacidade de serem expostos na linguagem da ciência física. Dessa forma, os fatores culturais ou sociais dentro dessa perspectiva devem ser avaliados a

partir de como afetam o indivíduo que está sendo analisado (SKINNER, 2003).

Segundo Skinner (2003), uma resposta já manifestada não pode ser controlada, mas é possível prever a ocorrência futura de respostas semelhantes, o que é denominado como classes de respostas. Tais classes de respostas são descritas como “operantes”, termo que enfatiza o fato do comportamento operar sobre o meio para criar consequências. Segundo Keller e Schoenfeld (1973), a maioria dos comportamentos diários é operante, uma vez que operam ou atuam sobre o meio a fim de produzir a satisfação das necessidades básicas do ser humano.

[...] qualquer condição ou evento que tenha algum evento demonstrável sobre o comportamento deve ser considerado. Descobrimos e analisando essas causas poderemos prever o comportamento; poderemos controlar o comportamento na medida em que o possamos manipular (SKINNER, 2003, p. 21).

A Educação para Skinner (2003, p. 437) tem a função de estabelecer “comportamentos que serão vantajosos para o indivíduo e para outros em algum tempo futuro”, ou seja, comportamentos que irão contribuir dentro da sociedade na qual o indivíduo pertence. Para o autor, esses comportamentos são reforçados pela agência educacional controladora para aumentar a probabilidade de ocorrência dos mesmos em situações futuras. A escolha desses comportamentos se dá por meio de outras agências controladoras.

A educação dá ênfase à aquisição do comportamento em lugar de sua manutenção. Onde o controle religioso, governamental e econômico preocupa-se em tornar mais prováveis certos tipos de comportamentos, o reforço educacional simplesmente faz certas formas prováveis em determinadas circunstâncias (SKINNER, 2003, p. 437).

Bijou (2012) destaca que Skinner entende o processo de ensinar como uma situação na qual o professor precisa entender o arranjo de contingências reforçadoras necessárias para a promoção de aprendizagem de cada aluno. Desse modo, o professor teria responsabilidade pelo arranjo de contingências programadas aos assuntos acadêmicos formais, bem como comportamentos éticos e morais.

Tal arranjo de contingências deve permitir que a criança faça progresso em seu ritmo individual e com o mínimo de consequências aversivas. Esse processo pode implicar por vezes a realização de arranjos de contingências para reduzir ou eliminar comportamentos, que podem estar competindo com o desenvolvimento de habilidades acadêmicas e sociais desejadas (BIJOU, 2012).

Zanotto (2004) acrescenta que não adianta investimento e transformações na formação dos professores se as contingências com as quais os mesmos trabalham continuarem as mesmas. Assim como proposto por Skinner, é necessário que os educadores em geral tenham conhecimento sobre



o comportamento para serem capazes de interferir e mudar as contingências em vigor na escola.

Segundo Neri (1980), o modelo comportamental possibilita a identificação das variáveis independentes que prevalecem na escola, contribuindo com a prevenção e entendimento de problemas determinados por variáveis ambientais. Além disso, o método científico baseado no modelo comportamental subsidia o planejamento de intervenções capazes de promover comportamentos adequados e diminuir a emissão de comportamentos inadequados.

Dentre os meios para promoção de comportamentos adequados, Pereira, Marinotti e Luna (2004) indicam a importância da promoção de consequências reforçadoras positivas aos comportamentos do aluno, como um dos princípios da Análise do Comportamento que auxiliam no ensino. Destacam que o reforço positivo é eficiente em modelar comportamentos adequados, porém acrescentam que para isso é necessário garantir que as tarefas passadas sejam ajustadas à capacidade de cada aluno.

Em se tratando das contribuições da Análise do Comportamento à prática da inclusão de alunos com deficiências na escola regular, é importante destacar que o referencial teórico supracitado não trabalha com rótulos diagnósticos. Hubner e Marinotti (2004) explicam que o foco desta linha de pensamento não é voltado para a existência ou não de problemas de origem orgânica, mas sim às consequências que podem ocorrer quando alguma criança vem a ser diagnosticada.

Para Skinner (2003), o conhecimento do fator genético possibilita que façamos melhor uso de suas causas, uma vez que ao saber de alguma limitação inerente ao indivíduo torna-se possível pensar em técnicas de controle para tal limitação.

A Análise do Comportamento, por sua vez, assume que o comportamento de todos os indivíduos obedece às mesmas leis funcionais, isto é, o comportamento de pessoas que apresentem peculiaridades orgânicas ou desenvolvimento atípico também não está imune à ação do ambiente. Portanto, as informações que servirão de base para planejar intervenção junto à criança não serão fornecidas pelos rótulos a ela atribuídos, mas sim pelo levantamento de seu repertório de contingências que controlam seu comportamento (HUBNER; MARINOTTI, 2004, p. 309).

Castilho et al. (2013) indicam que o estudo das contingências que regem a prática escolar pode auxiliar na implantação e manutenção de propostas efetivas para prática da inclusão escolar, para um melhor desenvolvimento da aprendizagem, beneficiando igualmente alunos com ou sem deficiências. Isto porque os elementos indicados pela Análise do Comportamento para facilitação da aprendizagem independem da presença ou não de deficiências, ou qualquer dificuldade para aprender.

Diante do exposto e considerando as inestimáveis contribuições da Análise do Comportamento para a Educação, serão apresentadas a seguir

reflexões sobre o valor das relações interpessoais na perspectiva desse referencial teórico, a fim de fundamentar a relevância dessa teoria para a inclusão escolar.

### 3 A importância das Relações Interpessoais para a Inclusão Escolar

A Análise do Comportamento é uma teoria útil para o entendimento dos comportamentos que regem a prática pedagógica na escola, já que conhecer as contingências presentes no ambiente escolar é um modo de poder entendê-las e rearranjá-las. No entanto, essa análise não é simples, visto que em um ambiente como a escola imperam várias contingências diferentes, desde as que impõem padrões de ensino e organização, tais como as leis e medidas administrativas, até as contingências que se estabelecem no cotidiano da prática escolar.

Segundo Schmidt e de Souza (2008, p. 268), é necessário realizar uma análise das metacontingências que mantém a inclusão escolar atual, para então realizar a mudança de contingências necessárias para criação de uma cultura de prática de inclusão escolar. O conceito de metacontingência, segundo Gusmão, Martins e Luna (2011), foi desenvolvido para o estudo de comportamentos cujos efeitos incidem sobre o grupo, o que amplia a análise das relações entre o indivíduo e o ambiente para realização da análise dos fenômenos sociais. O conceito supracitado ainda descreve a relação entre um conjunto de contingências comportamentais entrelaçadas e os efeitos causados no ambiente em função de tal entrelaçamento, permitindo assim, o desenvolvimento de uma estrutura conceitual que amplia o instrumental teórico da Análise do Comportamento em direção à mudança cultural.

Portanto, o termo metacontingência pode se configurar como relações entre contingências comportamentais entrelaçadas e um ambiente selecionador. Para Gusmão, Martins e Luna (2011), as relações de metacontingências, assim como as contingências comportamentais, respondem pela seleção cultural e mudança evolucionária em organizações.

O entendimento analítico comportamental da inclusão escolar tem como foco os vários envolvidos no processo e o entende como um conjunto de classes de ações de vários agentes, o cumprimento parcial ou falha por parte de algum deles acarreta em consequências a curto e longo prazo nocivas. Em vista disso, não há um enfoque de culpabilização do professor, este é entendido como parte de um quadro maior (CASTILHO et al., 2013, p. 572).

A prática da escola inclusiva, segundo Schmidt e de Souza (2008), é produto do entrelaçamento de contingências particulares, derivadas das ações de diferentes agentes sociais, como: leis criadas por agentes governamentais; ações de Secretarias de Educação; ações diretas de diretores e educadores; ações das comunidades científicas; ações dos familiares de alunos com deficiência.

Para a mudança na prática da inclusão escolar é necessária uma mudança da escola regular, tanto no que diz respeito a sua estrutura como em relação a sua funcionalidade, o que implica diretamente na revisão de seu

papel social para criação de um modelo de atendimento constituído por ações interdependentes que se efetivem e se fixem resultando em mudanças culturais no ambiente escolar (GUSMÃO; MARTINS; LUNA, 2011).

Na visão de alguns professores, há dificuldades em adotar uma prática inclusiva adequada ao aluno com deficiência matriculado na sala de aula regular. Dentre algumas das dificuldades, na visão do professor, estão: falta de preparo sentido pelo mesmo, dificuldades com as adaptações curriculares, medos em relação ao comportamento do aluno em sala de aula; e ainda medos em relação à exclusão ou preconceitos por parte dos colegas (ARTIOLI, 2006; MONTEIRO; MANZINI 2008). Como mencionado, segundo a Análise do Comportamento, é preciso compreender a dinâmica dos comportamentos em sala de aula para poder melhor arranjá-los no processo de ensino-aprendizagem. Um dos possíveis caminhos para arranjar os comportamentos manifestados em sala de aula é a partir do entendimento do funcionamento das relações interpessoais dentro da sala de aula, ou seja, das relações professor-aluno, professor-apoio educacional, aluno-apoio educacional e aluno-aluno.

Gusmão, Martins e Luna (2011) afirmam que o progresso do aluno com deficiência na escola regular depende do efeito gerado pelas relações estabelecidas entre os alunos sobre o grupo, pois quando tais relações são estabelecidas de modo satisfatório, elas contribuem para o aprendizado e resultam em melhor desempenho acadêmico. Dessa forma, a escola deve dispor de espaço físico adequado, material adaptado, recursos pedagógicos, mas também trabalhar para que os alunos desenvolvam atitudes de aceitação e cooperação entre os colegas.

Salvador et al. (2000, p. 193) destacam que a interação entre os alunos foi por muitos anos considerada uma influência negativa à aprendizagem, porém com a evolução das pesquisas recentes é evidente que relações interpessoais bem desenvolvidas entre colegas são o “motor de desenvolvimento em função de seu papel essencial na aprendizagem”.

Segundo os mesmos autores, existem três tipos de organizações de aprendizagem: a cooperativa, por meio da qual os participantes atingem juntos os objetivos propostos e as conquistas beneficiam a todos; a competitiva, na qual o objetivo é vinculado, mas apenas um participante o atinge; e a individualista, caracterizada pela ausência de relações entre os objetivos e os participantes. O tipo de organização de aprendizagem cooperativa é evidentemente superior às outras estruturas propostas, uma vez que proporciona entre os alunos relações estabelecidas com base no respeito e relações mais positivas, do que as encontradas em grupos comparativos ou competitivos.

Além dos ganhos sociais, as atividades em grupo, segundo Salvador et al. (2000), geram conflitos ou controvérsias conceituais e a confrontação de pontos de vista divergentes dos alunos, o que proporciona progresso intelectual após resolução da tarefa em conjunto. Os autores apontam que, quanto mais heterogêneo for o grupo, maiores são os desafios, porém para que



esse processo seja possível é preciso orientação adequada da dinâmica em grupo.

A partir da perspectiva da Análise do Comportamento podemos então avaliar as diferentes contingências que atuam sobre a sala de aula, observando como podemos reorganizá-las para melhorar as relações interpessoais entre os alunos e, conseqüentemente, contribuir para o processo de inclusão escolar desses alunos.

#### 4 Considerações Finais

A partir da perspectiva teórica da Análise do Comportamento, é possível refletir que o planejamento sobre como efetivar a inclusão escolar requer ir além da própria deficiência, pois é necessário analisar as variáveis presentes na sala de aula, procurando mediar ações efetivas para cada contexto. Dentro dessa perspectiva, não é possível pensar a inclusão escolar a partir de um modelo pronto, que vai se encaixar para todos os ambientes e crianças.

Como apresentado, é apenas a partir de uma análise de metacontingências de todo contexto educacional que serão possíveis maiores transformações, em busca da construção de uma nova cultura de inclusão escolar, pautada em práticas delineadas pensando-se a partir de cada contexto. Dessa forma, a análise de metacontingências prevê uma observação e reflexão sobre vários fatores, tais como, as leis que incidem na escola, os métodos avaliativos impostos, mas também um estudo de como estão se desenvolvendo as relações interpessoais na escola.

Dentro da mudança geral que é preciso acontecer, esse ensaio buscou refletir sobre a importância de analisar como estão se estabelecendo as relações interpessoais na escola, uma vez que, a partir de uma melhora nas relações interpessoais, é possível que o ambiente como um todo melhore em relação à sociabilidade e aceitação das crianças com deficiências.

Dentro do que foi apontado é interessante que mais estudos tenham como foco analisar as várias contingências que emergem no ambiente escolar, para melhorias a favor da inclusão escolar. Dentre eles, destaca-se a importância de estudos que reflitam sobre como estão se construindo as relações interpessoais na escola, a fim de contribuir com o pensar sobre práticas para a inclusão escolar.

#### Referências

ARTIOLI, A. L. A educação do aluno com deficiência na classe comum: a visão do professor. *Revista Psicologia da Educação*, n. 23, p. 103-121, 2006.

BATISTA, M. W.; ENUMO, S. R. F. Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros. *Estudos de psicologia*, v. 9, n. 1, p. 101-111, 2004.

BIJOU, S. O que a Psicologia tem a oferecer à Educação-agora! *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, v. 2, n. 2, 2012.

CASADO, C. C. C. *Interações e relações de amizade: um estudo longitudinal no contexto de uma escola inclusiva*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil, 2012.

CASTILHO, A. C. et al. *Análise do Comportamento e Educação: Pensando a Educação Inclusiva*. Anais do VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisados em Educação Especial. Londrina, 2013.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE Z. A. P. *Psicologia das habilidades sociais na infância: Teoria e Prática*. Petrópolis: Vozes, 2005.

GUSMÃO, F. A. F.; MARTINS, T. G.; LUNA, S. V. de. Inclusão escolar como uma prática cultural: uma análise baseada no conceito de metacontingência. *Psicologia da Educação*, n. 32, p. 69-87, 2011.

HÜBNER, M. M.; MARINOTTI, M. Revisitando diagnósticos clássicos relativos às Dificuldades de Aprendizagem. In: HÜBNER, M. M. C., MARINOTTI, M. (Orgs.) *Análise do comportamento para a educação*. Contribuições recentes. 1a. ed., Santo André: ESETec Editores Associados, p. 307-317, 2004.

KARAGIANNIS, A.; STAINBACK, W.; STAINBACK, S. Fundamentos do Ensino Inclusivo. In: STAINBACK, S.; *Inclusão: um guia para educadores*. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999.

KELLER, F. S.; SCHOENFELD, W. N. *Princípios de Psicologia: um texto sistemático na ciência do comportamento* (Trad.). 1973.

MARCHESI, A.; MARTÍN, E. Da terminologia do distúrbio às necessidades educacionais especiais. In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (org.). *Desenvolvimento psicológico e educação*. Necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Tradução Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 7-28, 1995.

MATOS, S. N.; MENDES, E. G.; Demandas decorrentes da inclusão escolar. *Revista Educação Especial*, v. 27, n. 48, p. 27-40, 2014.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.

MONTEIRO, A. P. H.; MANZINI, E. J. Mudanças nas concepções do professor do ensino fundamental em relação à inclusão após a entrada de

alunos com deficiência em sua classe. *Revista Brasileira de Educação Especial*, p. 35-52, 2008.

NERI, A. L. O modelo comportamental aplicado ao ensino, p.118-133. In: PENTEADO, V. M. *Psicologia e Ensino*. São Paulo: Papelivros, 1980.

PEREIRA, M. E. M.; MARINOTTI, M.; LUNA, S. V. de. O compromisso do professor com a aprendizagem do aluno: contribuições da Análise do Comportamento. In: In: HÜBNER, M. M. C., MARINOTTI, M. (Orgs.). *Análise do comportamento para a educação*. Contribuições recentes. 1a. ed., Santo André: ESETec Editores Associados, 2004.

SALEND, S. J. *Creating Inclusive Classrooms*. Effective and Reflective Practices. 6 ed. New Jersey: Pearson, Merrill Prentice Hall, 2008.

SALVADOR, C. C. et al. *Psicologia do ensino*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SCHMIDT, A.; DE SOUZA, D. G. Uma análise de metacontingências na escola inclusiva. In: *Sobre o Comportamento e Cognição*. 1º Edição, Santo André, v. 21, São Paulo, 2008.

SKINNER, B. F. *Ciência e comportamento humano*. Tradução João Carlos Todorov, Rodolfo Azzi. 11º edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SKINNER, B. F. *Tecnologia do ensino*. São Paulo: Herder, 1972.

TODOROV, J. Sobre uma definição de comportamento. *Revista Perspectivas em análise do comportamento*, v. 3, n. 1, p. 32-37, 2012.

ZANOTTO, M. L. B. Subsídios da Análise do Comportamento para a formação de professores. In: HÜBNER, M. M. C., MARINOTTI, M. (Orgs.). *Análise do comportamento para a educação*. Contribuições recentes. 1a. ed., Santo André: ESETec Editores Associados, 2004.

Recebido em: 31 de outubro de 2017  
Aceito em: 19 de abril de 2018